

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 22 a 24/03 – Sessão deliberativa

O Plenário do Senado tem reunião deliberativa marcada terça-feira (22). Uma das proposições a ser analisada é o PL 1360/2021 que endurece as penas para crimes contra crianças e adolescentes, cria mecanismos de enfrentamento à violência doméstica e institui o Dia Nacional de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e o Adolescente. Outro projeto que está na pauta é o PL 1224/2019, que determina que pessoa com deficiência em idade escolar, notadamente na primeira infância, tenha prioridade no acesso a órteses, próteses e tecnologias assistivas.

Para quarta-feira (23), constam na pauta, entre outros:

- PL 1518/2021, que cria a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
- PL 2753/2021, que prorroga, até 30 de junho de 2022, regras que flexibilizam o cumprimento de metas por prestadores de serviço no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- PL 4287/2020, que inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

Por fim, na sessão de quinta (24), destacam-se:

- PL 3917/2021, que estabelece diretrizes para programas de doação de medicamentos de uso humano à população.
- PL 3846/2021, que permite aos laboratórios inserirem um QR code (código de barras bidimensional de leitura rápida) nas embalagens de medicamentos, para acesso a uma bula digital do produto

- PL 634/2022, que modifica os procedimentos relativos à alienação parental no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: Aprovado no Senado o PL 1360/2021, a Lei Henry Borel. A proposta traz, além do aumento de pena para crimes contra crianças e adolescentes, uma série de medidas protetivas e alterações no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). O projeto retorna para análise na Câmara dos Deputados.

Foi aprovado ainda o PL 4287/2020, que inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Esse projeto faz parte da pauta prioritária da campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. O texto agora vai à sanção da Presidência da República.

Em virtude de também ter sido aprovado no Senado, segue a sanção o substitutivo aprovado na Câmara ao PL 2753/2021, que dispensa as entidades que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) de cumprir metas quantitativas e qualitativas de desempenho até 30 de junho deste ano.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 23/03 – 10h

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode deliberar nesta semana uma proposta de emenda à Constituição que reformula o sistema tributário do país. A PEC 110/2019, recebeu parecer favorável do relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), na forma de [substitutivo](#).

A PEC 110/2019 prevê a criação de um modelo dual de tributação, com dois impostos de valor agregado (IVA). A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) deve unificar os tributos

federais e ser arrecadada pela União. Já o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) deve reunir o ICMS e o ISS, recolhidos por estados, Distrito Federal e municípios.

Resultado: A discussão e votação da proposta foi novamente adiada. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, tem buscado acordo para votar a PEC110/2019 seja deliberada na semana de esforço concentrado da Casa, marcado para o período de 4 a 8 de abril.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 22 a 24/03 – Sessão deliberativa

O Plenário da Câmara ainda não divulgou a pauta da semana.

A reunião de líderes para definir as proposições está marcada para terça-feira.

Resultado: O Plenário da Câmara aprovou, em dois turnos, a PEC 22/2011, que estabelece piso salarial de dois salários mínimos para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. A matéria segue para o Senado. Tramitando no Parlamento há 11 anos, a proposta estabelece o direito a aposentadoria especial, devido aos riscos inerentes às atividades desempenhadas. O país tem, atualmente, cerca de 400 mil agentes no Brasil.

A Câmara também aprovou em primeiro turno a PEC 517/2010, vinda do Senado. Esta, por sua vez, prevê a legalização da produção, comercialização e utilização de radioisótopos por parte do mercado privado para a pesquisa e uso médicos, bem como a quebra do monopólio realizado pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen). Antes de ser encaminhada ao Senado, o plenário ainda deve aprovar a PEC em segundo turno.

Os deputados quem fazem parte do grupo de trabalho que vai analisar a adoção do semipresidencialismo no Brasil manifestaram preocupação com a necessidade de envolver a sociedade no debate para desmistificar o tema. O coordenador do grupo, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), tem defendido uma proposta que começaria a valer para as

eleições de 2030. O plano de trabalho do grupo, que tem prazo até meados de julho para concluir os trabalhos, deverá ser apresentado e votado na próxima reunião.

GT do estatuto da vítima – 22 e 23/03, às 14h30

Grupo de Trabalho da Câmara que analisa o PL 3890/20 (estatuto das vítimas) se reúne às 14h30 para discussão e votação do parecer do Dep. Gilberto Nascimento (PSC/SP).

Resultado: O Grupo de Trabalho que analisa o Estatuto das Vítimas (PL 3890/20) se reuniu, nesta terça-feira (22), para debater o substitutivo apresentado pelo deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP). O texto é resultado de audiências públicas e encontros com especialistas promovidos pelo GT. O substitutivo será analisado pelos parlamentares e a votação deve acontecer na próxima terça-feira (29), às 14h30.

O substitutivo estabelece, por exemplo, que o Poder Público deve garantir que todas as vítimas sejam reconhecidas e tratadas com respeito, zelo, profissionalismo e de forma personalizada. O texto ainda determina acesso gratuito à orientação e assistência jurídica em sedes policiais e judiciais. Também será direito da vítima, no âmbito do processo penal, solicitar o pagamento de indenização por parte do autor do crime, pelos danos materiais, morais e psicológicos causados. Em caso de condenação com sentença transitada em julgado, o autor do crime deverá restituir os valores gastos pela vítima ou por sua família com tratamento médico, tratamento psicológico e funeral.

Para acessar o parecer do relator, [clique aqui.](#)

Comissão Especial de recursos para candidaturas femininas – 22/03, às 15h

Reunião para discussão e votação do Parecer da Relatora, Dep. Margarete Coelho (PP/PI), à PEC 18/21, que impõe aos partidos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como a aplicação de

recursos desse fundo e do fundo de financiamento de campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas.

Resultado: A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a aplicação de recursos em candidaturas femininas aprovou por 19 votos a 2 o texto principal do parecer da relatora, deputada Margarete Coelho (PP-PI). A matéria vai agora ao Plenário, onde precisará ser aprovada por pelo menos três quintos dos deputados (308), em dois turnos de votação. Para acessar o parecer da relatora acatado pela comissão, [clique aqui](#).